

Tecnologia legalizada

ROBERTO ABDENUR

Diplomata e presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO)

A globalização tem sido um dos caminhos mais efetivos para um ambiente de negócios mais justo em todo o mundo. É simples: transações comerciais entre países seguem trâmites que só podem ser percorridos por empresas regularizadas. O Brasil, com economia forte, tem uma indústria que utiliza cada vez mais a tecnologia da informação (TI) como diferencial de negócios. Cresce no país não apenas a utilização da TI como o desenvolvimento e a fabricação de hardware e software. Enquanto o Brasil e outros emergentes se tornam ao mesmo tempo consumidores e celeiros de TI, os Estados Unidos deram recentemente um passo importante na direção de fomentar um ambiente favorável às empresas que usam corretamente tecnologia da informação. Os estados de Washington e Louisiana adotaram leis que classificam como concorrência desleal a comercialização de produtos provenientes de indústrias que ganham competitividade por usar base de TI não licenciada. Também existem leis gerais de concorrência desleal, segundo as quais fabricantes precisam estar em conformidade integral com as licenças de TI. Em mais de 30 estados americanos, o equivalente ao Ministério Público aplica leis para impedir que empresas se beneficiem de práticas ilegais para reduzir custos.

Esse movimento deve ser encarado como oportunidade por Brasil, Rússia, Índia e China (Brics). Significa, acima de tudo, uma oportunidade para o Brasil. Explica-se: segundo o "2010 IDC-BSA global software piracy study", divulgado em maio de 2011 pela Business Software Alliance, entre os Brics, o Brasil

tem a menor taxa de pirataria de software, 54%. A China lidera (78%), seguida pela Rússia (65%) e Índia (64%). Ainda que o Brasil esteja distante de economias com baixos índices de utilização de TI ilegal (taxas médias de 30%), entre os Brics, ele tem maior possibilidade de chegar a esses índices e ampliar a competitividade de sua indústria. O esforço é para uma agenda positiva. E isso é possível. Antes mesmo das novas leis americanas, vários países reduziram os índices de pirataria em TI, mostrando que o produto original dá garantias ou coibindo o uso de produto pirata. No Brasil, onde uma série de leis federais, estaduais e municipais regula a matéria, a redução foi de 10 pontos percentuais entre 2005 e 2010, segundo o estudo da BSA.

Hoje, os EUA são o principal destino de exportação de muitos produtos brasileiros. Políticas internas de legalização de TI diferenciarão essas empresas no ambiente global de negócios. Os benefícios são claros: mercado mais justo e alinhado para os fabricantes, diferenciação perante competidores no acesso ao mercado americano, melhoria da reputação com parceiros internacionais, diminuição do risco de penalidades legais e garantia de estrutura segura para apoiar os negócios. Para nossa sociedade, os benefícios virão na forma de inovação, estabelecimento de novas empresas e criação de empregos de alta tecnologia. Um país com capacidade de ultrapassar fronteiras e vencer no cenário global.

Casa da sogra

FREI BETTO

Escritor, autor do romance *Minas do ouro* (Rocco), entre outros livros

S

ábado, 28 de abril, comemora-se, no Brasil, o Dia da Sogra. O calendário de efemérides está repleto de dias consagrados a quase todos os galhos da árvore genealógica. Predomina, por razões óbvias, o Dia das Mães. Mãe todos temos, com certeza. O Dia da Sogra deve ter sido incluído por proposta de algum político corrupto que, tendo escutado ofensas óbvias à sua progenitora, decidiu homenagear a mãe de sua mulher. Ou de suas mulheres, embora o calendário singularize (sogra) o que pluraliza na efeméride de maio (mães).

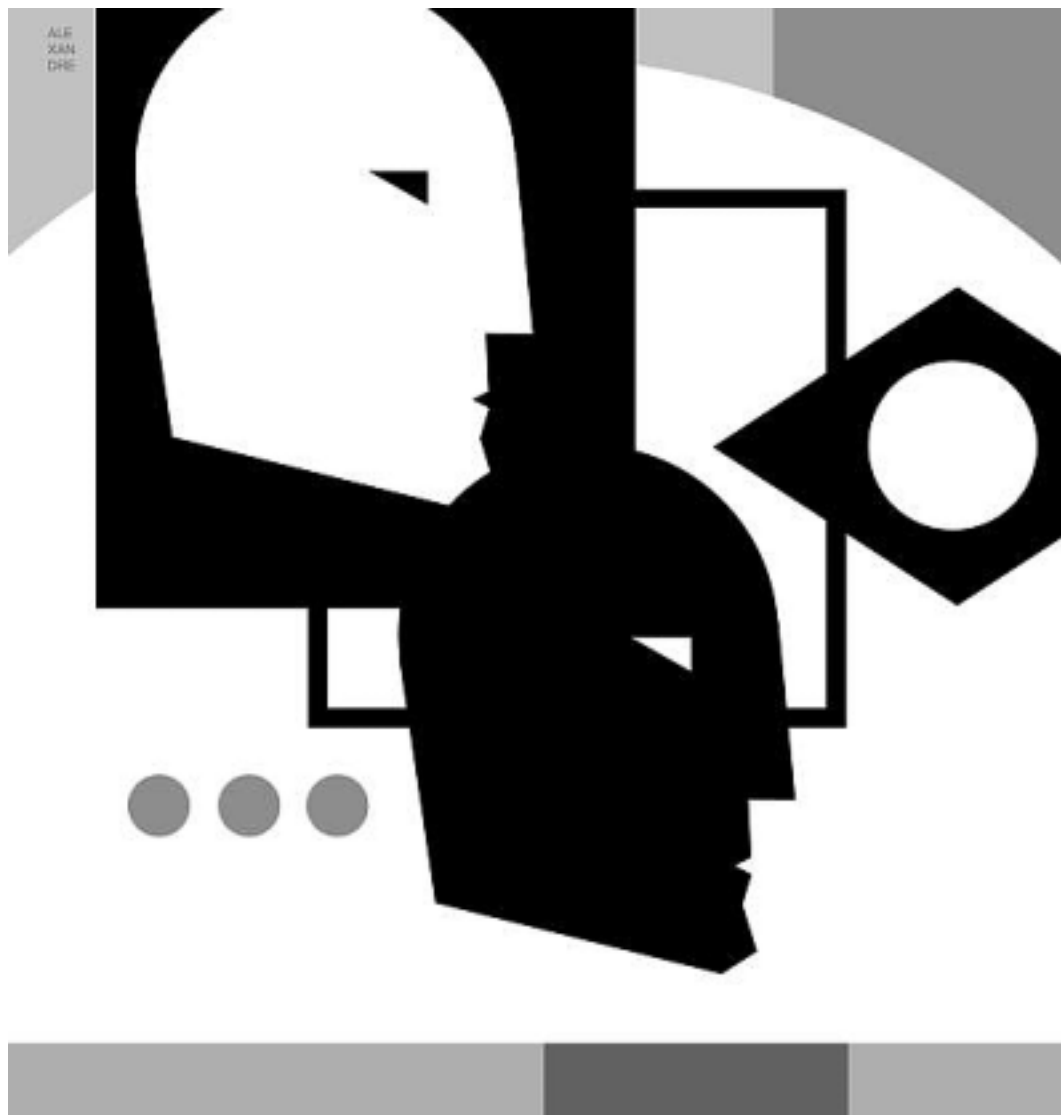
Sogras padecem no anedotário. "Feliz foi Adão, que não teve sogra nem caminhão", li no parágrafo de uma jamanta na Via Dutra. Cinco coisas que ninguém jamais viu: cabeça de bacalhau; mendigo careca; ex-corrupto; santo de óculos; e retrato de sogra na sala. Faz-se de um lugar ou ambiente "casa da sogra" quando alguém se julga no direito de abusar da hospitalidade de parentes ou amigos. Na casa da sogra tudo é permitido, até a má educação e a falta de higiene.

A cascata de escândalos do caso Carlinhos Cachoeira, com perdão da redundância, projeta o Brasil como a própria casa da sogra. Muitos políticos – há exceções, felizmente – adotam três discursos: o eleitoral, da captação de votos; o partidário, das articulações de bastidores; e o salafário, para amealhar dinheiro e poder. Inúmeros empresários e comerciantes se queixam de que, no Brasil, não se vencem licitações nem se obtém recurso público sem "molhar" a mão de políticos e funcionários do governo. A prática já está incorporada às negociações entre empresas privadas ou pessoas e agentes públicos. Amigo meu, ao ver sua moto recuperada pela polícia, se espantou com a lisura do investigador, que não lhe pediu nem um centavo.

Raros os políticos brasileiros que vieram de berço esplêndido. E todos sabem quão cara é uma campanha eleitoral. Essa vulnerabilidade é a porta de entrada dos corruptores, em geral travestidos de lobistas. Aproximam-se do político e se tornam facilitadores de suas vontades e necessidades: empregos aos parentes; viagens em jatinhos; férias em locais paradisíacos; presentes caros etc.

Na primeira fase, o corruptor nada pede, apenas oferece. Demonstra um desprendimento e dedicação ao político de fazer inveja a mãe Teresa de Calcutá. Essa aproximação, que socialmente faz o político passar da classe econômica à executiva, introduzido aos prazeres privativos do mundo dos ricos, cria vínculos de amizade.

A segunda fase se inicia quando o político se sente na obrigação de ser grato ao amigo. Em que posso ajudá-lo? Ora, o amigo tem seus ami-



A prática da corrupção já está incorporada às negociações entre empresas privadas ou pessoas e agentes públicos

gos: as empresas que o abastecem de recursos para abrir caminhos na intrincada burocracia da floresta governamental. Começam então as facilidades obtidas pelo político: licitações fajutas; informações privilegiadas; nomeações convenientes; tráfico de influência etc.

A terceira fase da transformação do exercício de um mandato popular em casa da sogra é o caixa de campanha. O político não pode perder eleição. E, para ganhá-la, precisa de visibilidade (poucos a alcançam) e dinheiro (imprescindível). Cria-se o caixa um, legal, declarado à Justiça Eleitoral, e o caixa dois, por baixo dos panos, abastecido pelo amigo lobista e outras vias escusas.

É possível acabar com a corrupção? No coraço humano, anabolizado por ambições desmedidas,

jamais. Há, contudo, antídotos objetivos: financiamento público das campanhas eleitorais; controle da administração pública pela sociedade civil; ficha limpa também quanto ao patrimônio familiar acumulado; apurações rápidas e punições rigorosas aos corruptos.

Isso depende de reforma política, que o governo e o Congresso tanto protelam. Enquanto perdurar o atual sistema político, contaminado por 21 anos de ditadura militar, como a isonomia de representações estaduais no Senado, os ratos da corrupção haverão de trafegar à vontade pelos buracos do queijo suíço das maracutaia. O Brasil deixará de ser a casa da sogra quando nossa indignação se converter em mobilização e proposta.

Nossa dívida com os índios

MARCO ANTÔNIO SILVA

Professor de história e doutorando em educação pela UFMG

Desde a chegada dos portugueses os índios foram vítimas de preconceito, exploração, escravidão, perseguição, assassinatos e abandono. No período colonial a ocupação da Região Amazônica com a construção de fortes militares em posições estratégicas só foi possível graças ao conhecimento e o trabalho dos nativos. O conhecimento das aldeias sobre os poderes medicinais das plantas da floresta foi espoliado pelos laboratórios europeus que registraram como suas patentes do princípio ativo descobertas pelos indígenas.

A partir do século 17, quando as bandeiras saíram do litoral na direção das Alterosas à procura de ouro, o trabalho e o conhecimento dos índios na abertura de trilhas pelas matas, na construção de abrigos, na caça e preparo dos alimentos para os membros de toda expedição foi indispensável. Nessas incursões, muitos nativos também foram escravizados e os que resistiam às imposições dos bandeirantes eram exterminados.

No início do século 18, com a redução da produção de ouro, o governo da capitania das Minas incentivou a conquista de terras nos sertões. A orientação era integrar os índios que ali viviam à sociedade colonial exterminando os que não co-

laborassem. Dom João chegou a premiar os chefes militares que demonstravam bravura destruindo aldeias resistentes no Vale do Rio Doce.

Mas as doenças adquiridas no contato com os chamados civilizados foram as principais causas de mortes. Os brancos tiraram proveito dessa situação ao descobrirem que o contágio poderia ser fatal. Quando o interesse em tomar posse das terras superou o desejo de explorar os índios, fazendeiros maranhenses apresentaram os membros das aldeias com roupas de pessoas que contrairam varíola. As inúmeras mortes enfraqueceram o poder de resistência dessas comunidades, que viram suas terras serem facilmente anexadas às áreas das fazendas.

Ainda na primeira metade do século 20, foi criada a imagem do índio preguiçoso (aquele mesmo que vive pelado, pintado de verde, num eterno domingo) que não mereceria tantas terras. Nesse caso, a propriedade caberia ao homem branco tido como capaz de trabalhar e produzir. Situação paradoxal. Coube a esses povos, que muito trabalharam depois da chegada dos portugueses, a fama de preguiçosos. Aliás, mesmo antes do contato com os europeus os indígenas trabalhavam excessivamente. Para sobreviver da caça, da pesca e da coleta é necessário muito esforço.

Atualmente muitos brasileiros pensam que todos os índios estão concentrados na Amazônia

e continuam mantendo os hábitos da época em que chegaram por aqui os habitantes do Velho Mundo. Entretanto, nessa situação existem pouco mais de 80 grupos que ainda não fizeram contato com a sociedade civilizada. A maior parte, ou seja, mais de 817 mil indígenas, se encontra distribuída por todo o território nacional em pleno contato com o mundo civilizado. É bom que se diga que muitos utilizam celulares, assistem a programas de televisão, acessam a internet e frequentam universidades.

Xacriabás, Pankarar, Aranã, Maxakali, Kaxikó, Pataxó, Krenak e Xucuru-Kariri são as oito nações indígenas que vivem em Minas. São atendidas por aproximadamente 40 escolas da rede pública que contam muitos professores indígenas formados em universidades federais. No currículo, constam aulas de língua portuguesa, conteúdos comuns das escolas brasileiras e, sobretudo, a língua e as tradições de cada grupo.

A poluição dos rios e a redução das terras, entre outras questões, têm dificultado a produção de alimentos pelas aldeias. Essa situação de extrema pobreza tem levado muitos indígenas a dependerem de programas do governo federal, como o Bolsa-Família. Uma breve avaliação da nossa história não deixa dúvidas. Devolver a dignidade a esses povos não é uma dádiva da sociedade brasileira e do Estado e sim um ato de justiça devido à dívida histórica e moral que temos com esses brasileiros.

S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

DIÁRIOS ASSOCIADOS

A vida com mais conteúdo

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

SUCURSAL SÃO PAULO
Rua Funchal, 411 - 2º andar - sala 23 - Vila Olímpia
Tel: (11) 3045-4921 - Fax: (11) 3055-2110
e-mail: sucursal.sp@uai.com.br

SEDE
Avenida Getúlio Vargas, 291 - Funcionários,
Belo Horizonte-MG-Cep 30112-020

TELEFONE GERAL

(31) 3263-5000

Filiado ao Instituto Verificador de Circulação

SUCURSAL RIO DE JANEIRO
Rua do Livramento, 189 - 8º andar - Sala 24 - Saúde
Tel: (21) 2263-1945 - Fax: (21) 2263-2045
e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

TELEFONES DE APOIO

Redação

(31) 3263-5330

Editorias:

Gerais

(31) 3263-5244

Política

(31) 3263-5293

Economia e Agropecuária

(31) 3263-5103

Esportes

(31) 3263-5313

Internacional

(31) 3263-5301

Opinião

(31) 3263-5373

Cultura - TV - Pensar e Divirta-se

(31) 3263-5126

Fotografia

(31) 3263-5214

Turismo

(31) 3263-5333

Informática

(31) 3263-5360

Vrum

(31) 3263-5078

Bem Viver, Guri e Negócios e Oportunidades

(31) 3263-5048

Feminino & Masculino

(31) 3263-5260

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Belo Horizonte (31) 3263 5800

Outras Localidades 0800 031 5005

DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR

0800 283 5062

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA

Capitol e Contagem - (31) 3263 5830

Interior de Minas Gerais - 0800-283-5062

Telefax - Circulação: (31) 3263 5961

DEPARTAMENTO DE COBRANÇA

(31) 3263-5421

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

AGÊNCIAS

O ESTADO DE MINAS trabalha com as seguintes agências de notícias: Agência Estado, Agência O Globo, Agência Folha, France-Press e Reuters.

PARA ASSINAR LIGUE

Belo Horizonte
(31) 3263 5800

Outras Localidades
0800 031 5005

TABELA DE PREÇOS

Localidade	VENDA AVULSA (R\$)	
	2º a sábado	Domingos
MG, SP, RJ capital	2,00	3,00
RJ Interior, ES e DF	3,00	4,00
Outros estados	4,50	6,00

PARA ANUNCIAR LIGUE

Classificados

Pequenos Anúncios Fonados

(31) 3228-2000

D.A. PRESS MULTIMÍDIA

ATENDIMENTO PARA VENDA E PESQUISA DE IMAGENS:

Pessoalmente: SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Cobertura - 70610-901 - Brasília - DF, de segunda a sexta, das 13 às 17h

E-mail, fax ou telefone: (61) 3214.1575/1582 | 3214.1583 |

dapress@datar.com.br

De segunda a sexta, das 10 às 0h / sábados, 14 às 20h /

domingos e feriados, das 16 às 22h